

**À AAE – METAL PARTES PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI
À WHITE MARTINS**

**Decisão referente ao pedido de esclarecimentos
Decisão referente ao Termo de Impugnação
Edital de Pregão Eletrônico nº 2022.06.06.01.**

OBJETO: Termo de Impugnação dirigidos à Prefeitura Municipal de Irauçuba, interpostos **TEMPESTIVAMENTE** pelas empresas AAE METAL PARTES PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI e WHITE MARTINS, na Lei Federal nº 10.520/02, à respeito da sistemática de reabastecimento dos cilindros de oxigênio do Município.

Primeiramente, enfatizamos o princípio da legalidade, onde, ao contrário do particular que, como regra, pode fazer aquilo que lei não proíba, o administrador público somente pode agir em virtude de lei. Assim, todos os atos administrativos derivados da Prefeitura Municipal de Irauçuba devem obediência à legislação que o regulamenta.

II – IMPUGNAÇÃO QUANTO A PREDILEÇÃO DO SISTEMA DE REABASTECIMENTO DE CILINDROS.

Sabe-se que a sistemática de abastecimento de um Município é programa de acordo com os sistemas de fornecimento implementados pela Secretaria responsável, nesse caso, à Secretaria de Saúde, responsável pelo controle e abastecimento do oxigênio na cidade.

Outrossim, a busca de soluções inovadoras para o abastecimento da cidade é, senão, uma preocupação que será considerada com as inovações que, por sua vez, já foram ventiladas e são de conhecimento técnico da Secretária de Saúde e Governo Municipal, à nível de Governabilidade e organização estrutural da Administração Municipal, em auto-organização Administrativa.

Nessa toada, versa do Poder Discrecionário da Secretaria de Saúde, enquanto gestão estratégica do Município de mais de vinte e quatro mil habitantes, com extensão territorial de 1.461 km², com fronteiras com cinco Municípios, cuja estrutura existente já concentra os cilindros de acordo com a demanda licitada.

Assim sendo, qualquer alteração na estrutura já **padronizada** pela Secretaria, cuja teia de assistência já consta estabelecida, sem justificativa técnica e estudo de viabilidade pontuais e adequados à realidade do Município sejam investigados não cabem em interjeição por meio da via da Impugnação do Edital de Licitação, tampouco sugerem a restrição a competitividade do certame, em



razão da expectativa de atendimento da vazão de reabastecimento de cilindros já existentes nos estoques da Administração Municipal, bem como de expectativa de distribuição das rotas de abastecimento da teia de custeio do insumo.

Outrossim, a subdivisão dos itens em lotes pode inviabilizar, por completo, a economia de escala na perda do poder de barganha do insumo, sobretudo porque o tamanho do cilindro em nada substitui o seu conteúdo, que é o mesmo para todos os tamanhos do produto, não merecendo prosperar a assertiva em reserva.

Ademais, ressaltamos a possibilidade jurídica e legal da organização do processo licitatório em UM ÚNICO LOTE, o que sistematiza a disputa, bem como oferece Poder de barganha aos envolvidos na disputa. Decerto, a complexidade da logística da realização de uma festividade desse porte dificulta uma pretensão individualizada de itens, onde subsistem itens de interesse e potencial ganho financeiro, e outros não tão satisfativos e, por vezes, que determinam prejuízo a um só prestador. Sobre a matéria, trazemos precedente da lavra do Exmo. Augusto Sherman, ao qual transcrevemos, *ipsis litteris*:

2. A hipótese de restrição à competitividade não deve ser examinada somente sob a ótica jurídica e teórica, deve levar em conta também se as cláusulas supostamente restritivas culminaram em efetivo prejuízo à competitividade do certame.

Ainda na representação acerca de possíveis irregularidades na licitação para execução de obras e serviços de engenharia no aeródromo Antônio Edson de Azevedo Lima no estado do Espírito Santo, com recursos federais do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa), entendeu o relator essencial avaliar, no caso concreto, se as cláusulas restritivas identificadas no edital comprometeram a participação de potenciais interessados no certame. Sobre o assunto, fez registrar em seu voto tese enunciada quando da prolação do Acórdão 3306/2014 Plenário, no seguinte sentido: “**A hipótese de restrição à competitividade não deve ser examinada somente sob a ótica jurídica e teórica, deve levar em conta também se as cláusulas supostamente restritivas culminaram em efetivo prejuízo à competitividade do certame**”. No caso sob análise, ponderou o relator que “não se possa concluir pela ausência de competição”. Com efeito, prosseguiu, “o certame contou com a participação de oito empresas, das quais apenas uma foi inabilitada por não comprovar a execução de uma unidade de obra de infraestrutura e pavimentação aeroportuária incluindo sinalização luminosa (balizamento noturno); e outra



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUCUBA

foi desclassificada, por ter apresentado preço irrisório para o item relativo a sistema de emergência”. Ademais, “a empresa vencedora apresentou proposta de preço R\$ 1.669.677,07 menor que a segunda colocada e com desconto de R\$ 8.173.703,80, equivalente a 21,48% em relação ao valor global máximo fixado no edital (R\$ 38.055.640,03)”. Nesses termos, acolheu o Plenário a tese da relatoria para considerar parcialmente procedente a representação, dando ciência ao DER/ES sobre a falha identificada, de modo a evitar a repetição em futuros certames patrocinados com recursos federais.

Acórdão 2066/2016 Plenário, Representação, Relator Ministro-Substituto Augusto Sherman.

Assim sendo, e visando os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade, a Prefeitura Municipal de Irauçuba, para esse processo, adota o sistema de menor preço LOTE ÚNICO, haja vista o poder de barganha contido na prática, sobretudo na economicidade de tempo em realização do certame. Nesse sentido, já vem decidindo reiteradamente o Tribunal de Contas da União:

A adjudicação por grupo ou lote não é, em princípio, irregular. A Administração, de acordo com sua capacidade e suas necessidades administrativas e operacionais, deve sopesar e optar, motivadamente, acerca da quantidade de contratos decorrentes da licitação a serem gerenciados.

Acórdão 2796/2013-Plenário, TC 006.235/2013-1, relator Ministro José Jorge, 16.10.2013.

É legítima a adoção da licitação LOTE ÚNICOS formados com elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

Representação oferecida por Procurador da República, versando sobre suposta irregularidade em pregão presencial conduzido pelo município de Floriano/PI com recursos do FNDE no âmbito do PNAE, destinado à aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar, apontara possível restrição à competitividade decorrente do parcelamento do objeto da licitação em lotes de itens. O representante alegara, a partir de relatório da CGU, “*que seria indevido agrupar itens em lotes, pois tal procedimento afrontaria o disposto*



Centro Administrativo – Sede da Secretaria da Administração
Rua Walmar Braga, 507, Centro | Irauçuba-CE | CEP: 62.620-000



licitacao@irauçuba.ce.gov.br



nos arts. 15, inciso IV, e 23, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, defendendo que a divisão por itens melhor atenderia ao aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado local e impediria a participação de médias e grandes empresas locais, citando, para tanto, precedentes jurisprudenciais do TCU". Em sentido oposto, e também citando precedentes do Tribunal, o município argumentara que "os dispositivos legais citados pela CGU estabelecem entendimento contrário, no sentido de que as compras, sempre que possível, devem ser divididas em tantas parcelas quanto forem necessárias ao aproveitamento das peculiaridades do mercado, em obediência ao princípio da economicidade, aduzindo que, por essa razão, a licitação foi dividida em dezesseis lotes, cujos itens foram grupados conforme as particularidades de cada produto". Analisando o feito, anotou o relator a pertinência da representação, "haja vista não ser a matéria, como visto, pacífica no âmbito do TCU, de sorte que, de certa maneira, enseja a análise de situações concretas, para que se possa concluir se houve, ou não, afronta à competitividade do certame". No caso vertente, em que 16 lotes contemplaram 107 itens, o relator consignou que a adoção da licitação por itens isolados exigiria "elevado número de procedimentos para seleção", o que "tornaria bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração". E concluiu no sentido de considerar, diante de irregularidade formal apurada, a representação parcialmente procedente, anotando que "diante das peculiares circunstâncias do presente caso concreto (...) a licitação por itens isolados poderia trazer indesejáveis riscos à administração pública, mostrando-se adequado, pois, o agrupamento desses itens em lotes, com elementos de mesma característica". O Plenário do TCU, ao acolher a proposta da relatoria, julgou parcialmente procedente a representação.

Acórdão 5301/2013-Segunda Câmara, TC 009.965/2013-0, relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, 3.9.2013.

Assim, a licitação deverá ser realizada a partir de um ÚNICO LOTE, da logística de abastecimento do insumo, seguida de orçamento detalhado dos itens que compõem a proposta de preços das empresas participantes, com o fito de fiscalizar os valores de referência da execução dos serviços a serem prestados.



Centro Administrativo – Sede da Secretaria da Administração
Rua Walmar Braga, 507, Centro | Irauçuba-CE | CEP: 62.620-000



licitacao@iraucuba.ce.gov.br



III – CONCLUSÃO.

Recebido o Termo de Esclarecimento e Termo de Impugnação ao Edital, interpostos pelas empresas **AAE – METAL PARTES PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI** e **WHITE MARTINS**, restam os mesmos admitidos, porque **TEMPESTIVOS**, e esclarecidos, em razão das justificativas ora apresentadas, permanecendo inalteradas as cláusulas editalícias, segundo panorama de atenção à expectativa da autoridade competente.

Esta é a decisão. S.m.j.
Iraucuba - CE, 27 de junho de 2022.

Jayson Mota Azevedo Mesquita
Jayson Mota Azevedo Mesquita
Pregoeiro



Centro Administrativo – Sede da Secretaria da Administração
Rua Walmar Braga, 507, Centro | Iraucuba-CE | CEP: 62.620-000



licitacao@iraucuba.ce.gov.br

